

Programa Detalhado do Exame

da Certificação CFP®
Certified Financial Planner

PLANEJAR

Associação Brasileira
de Planejamento Financeiro



#vemplanejar

As marcas CFP®, CERTIFIED FINANCIAL PLANNER e  pertencem ao Financial Planning Standards Board Ltd. para uso fora do território norte-americano.

A **Planejar** é a entidade autorizada pelo FPSB, mediante acordo firmado entre ambas, para a concessão e administração destas marcas no território brasileiro.

SUMÁRIO

Conteúdo do Programa Detalhado do Exame da Certificação CFP®	3
Módulo I - Planejamento Financeiro	4
Módulo II - Gestão de Ativos e Investimentos	7
Módulo III - Planejamento de Aposentadoria	12
Módulo IV – Gestão de Riscos e Planejamento de Seguros	15
Módulo V - Planejamento Fiscal	19
Módulo VI - Planejamento Sucessório	23

IMPORTANTE: As informações contidas neste material foram elaboradas em 3 DE OUTUBRO DE 2018 e podem ser alteradas sem prévio aviso por decisão da **Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro**.

Aplicável a partir do 31º Exame, abril de 2019.

Conteúdo do Programa Detalhado do Exame da Certificação CFP®.

A Certificação CFP® (*Certified Financial Planner*) é uma certificação internacional de distinção que prepara o profissional para o exercício da atividade de planejador financeiro pessoal. No Brasil, a entidade certificadora é a Planejar Associação Brasileira de Planejamento Financeiro, afiliada ao **Financial Planning Standards Board – FPSB**. O FPSB é a entidade responsável pelo gerenciamento, desenvolvimento e promoção da marca CFP® no mundo.

A Planejar adaptou o Programa Detalhado do Exame de Certificação CFP® aos padrões e à legislação brasileira, de forma a testar os conhecimentos, habilidades e atitudes do profissional em uma gama extensa de produtos e serviços, do mercado brasileiro e internacional.

Os seus respectivos desdobramentos em tópicos, itens e subitens presentes neste

documento detalham os assuntos considerados essenciais para o desempenho das atividades relacionadas ao planejamento financeiro pessoal e os percentuais indicados de cada módulo indicam o peso relativo de cada um dos temas que compõem o Exame da Certificação CFP®.

A definição do peso relativo de cada um dos temas e o nível requerido de conhecimento, habilidades e atitudes do profissional de planejamento financeiro são estabelecidos em um processo de Job Analysis, conduzido periodicamente pela Planejar.

A Certificação CFP® no Brasil segue os padrões mundiais definidos pelo FPSB, os quais visam garantir ao público acesso aos serviços de um profissional competente, ético e que possui comprovada experiência prática na prestação de serviços de planejamento financeiro pessoal.



O presente programa é composto de seis grandes temas:

- (I) Planejamento Financeiro,
- (II) Gestão de Ativos e Investimentos,
- (III) Planejamento de Aposentadoria,
- (IV) Gestão de Riscos e Seguros,
- (V) Planejamento Fiscal e
- (VI) Planejamento Sucessório.

Módulo I - Planejamento Financeiro

(proporção: de 38% a 46%)

Objetivos

O conhecimento do processo de planejamento financeiro do profissional CFP® visa permitir aos candidatos desenvolver um plano financeiro estruturado para um cliente. Adicionalmente aos princípios básicos do processo de planejamento financeiro, são incluídos neste módulo outros assuntos que sustentam esse processo:

- (a) a análise da gestão financeira de um indivíduo ou uma família;
- (b) o conhecimento de fundamentos de economia e finanças e
- (c) a aplicação e avaliação de métodos de análise de investimentos.

Complementam os conhecimentos exigidos de um profissional CFP® o Código de Con-

duto Ética e Responsabilidade Profissional da PLANEJAR, o Perfil de Competências do Planejador Financeiro e as Melhores Práticas de Planejamento Financeiro.

Conceitos de matemática financeira e conceitos básicos de estatística são pré-requisitos para os cálculos que serão exigidos nesse módulo, bem como uma avaliação e formulação de estratégias em função do ambiente econômico e regulatório, da necessidade de utilização de operações de crédito e dos investimentos.

Os componentes exigidos na parte de gestão financeira visam preparar os profissionais para desenvolver estratégias e técnicas de otimização do fluxo de caixa, ativos e passivos, liquidez, orçamento e o uso responsável do crédito.

1. O Processo de Planejamento Financeiro do Profissional CFP®

- 1.1 Propósito, benefícios e componentes do processo de planejamento financeiro
- 1.2 Etapas do processo de planejamento financeiro
 - 1.2.1 Definição do relacionamento com o cliente
 - 1.2.2 Coleta das informações necessárias para elaboração de um plano financeiro (gestão financeira, gestão de investimentos, gestão de risco e seguros, planejamento da aposentadoria, planejamento fiscal e sucessório)
 - 1.2.3 Análise dos objetivos, necessidades, valores e informações do cliente
 - 1.2.4 Desenvolvimento de recomendações e apresentação ao cliente
 - 1.2.5 Implementação das recomendações de planejamento financeiro
 - 1.2.6 Monitoramento da situação do cliente

2. Responsabilidade Fiduciária e Conduta Profissional

- 2.1 Código de Conduta Ética e Responsabilidade Profissional da Planejar
 - 2.1.1 Aplicabilidade e cumprimento
 - 2.1.2 Termos e Expressões (Seção I)
 - 2.1.3 Princípios (Seção II)
 - 2.1.3.1 Princípio 1: Cliente em Primeiro Lugar

- 2.1.3.2 Princípio 2: Integridade
- 2.1.3.3 Princípio 3: Objetividade
- 2.1.3.4 Princípio 4: Imparcialidade
- 2.1.3.5 Princípio 5: Profissionalismo
- 2.1.3.6 Princípio 6: Competência
- 2.1.3.7 Princípio 7: Confidencialidade
- 2.1.3.8 Princípio 8: Diligência
- 2.1.4 Regras (Seção III)
- 2.1.5 Procedimentos Disciplinares (Seção IV)
- 2.1.6 Melhores Práticas (Seção V)
- 2.1.7 Normas disciplinares e procedimentos para apuração de descumprimento às regras do Código de Conduta Ética e Responsabilidade Profissional (Anexo)

3. Perfil de Competência do Planejador Financeiro

- 3.1 Matriz de Capacidades do Planejador Financeiro
 - 3.1.1 Coleta
 - 3.1.2 Análise
 - 3.1.3 Síntese
 - 3.1.4 Componentes do Planejamento Financeiro: Gestão Financeira, Gestão de Ativos e Investimentos, Planejamento de Aposentadoria, Gestão de Riscos e Seguros, Planejamento Fiscal e Planejamento Sucessório
- 3.2 Habilidades Profissionais do Planejador Financeiro
 - 3.2.1 Responsabilidade profissional
 - 3.2.2 Prática
 - 3.2.3 Comunicação
 - 3.2.4 Cognição

4. Ambiente Macroeconômico, Regulatório e Fundamentos de Economia e Finanças

- 4.1 Fundamentos de Economia
 - 4.1.1 Políticas macroeconômicas: monetária, fiscal e cambial
 - 4.1.2 Principais indicadores econômicos: PIB; índices de inflação; IGPM; IPCA
 - 4.1.3 Principais indicadores financeiros: taxa de juros (Selic, DI, TLP, TR); taxa de câmbio (comercial, turismo, spot e ptax)
 - 4.1.4 Análise de ciclos econômicos
- 4.2 Sistema Financeiro Nacional
 - 4.2.1 Órgãos de regulação, fiscalização, autorregulação e participantes do mercado
- 4.3 Normas e Regulação
 - 4.3.1 Prevenção e combate a lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores. Legislação e regulamentação correlata (Lei 9.613/98 e Lei 12.683/12 e suas alterações)

4.3.2 Utilização indevida de informações privilegiadas: inside information, inside trading, front running

4.4 Fundamentos de Finanças e Análise de Investimento

4.4.1 Valor presente, valor futuro, taxa de desconto e fluxo de caixa

4.4.2 Regime de capitalização simples e composto

4.4.3 Proporcionalidade e equivalência de taxas

4.4.4 Taxa de juros nominal x juro real

4.4.5 Estrutura a termo da taxa de juros em moeda local e moeda estrangeira

4.4.6 Desconto bancário e desconto comercial

4.4.7 Perpetuidade

4.4.8 Séries de pagamento: SAC, Price e SAA

4.4.9 Taxa mínima de atratividade e custo de oportunidade

4.4.10 Taxa de desconto em ativos financeiros

4.4.11 Taxa interna de retorno (TIR); TIR Modificada;

4.4.12 Valor presente líquido (VPL)

4.4.13 Payback e Payback Modificado (descontado)

4.4.14 Custo médio ponderado de capital (CMPC)

4.4.15 Medida de fluxo de caixa incluindo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA ou EBITDA)

5. Gestão Financeira

5.1 Orçamento e fluxo de caixa

5.1.1 Capacidade de Poupança

5.1.2 Fundo de emergência

5.2 As Contas do Balanço Patrimonial Pessoal

5.2.1 Ativos de uso e não uso

5.2.2 Principais indicadores: índices de liquidez, cobertura de despesas mensais, endividamento e poupança

5.3 Crédito e Gestão de Dívidas

5.3.1 Modalidades de créditos

5.3.1.1 Rotativo, consignado, pessoal, CDC

5.3.1.2 Financiamento Imobiliário

5.3.1.3 Outras modalidades de crédito: leasing, consórcio, penhor, crédito rural, BNDES, crédito educacional

Módulo II - Gestão de Ativos e Investimentos

(proporção: de 15% a 19%)

Objetivos

Estabelecer nível adequado de conhecimento dos profissionais sobre as diversas classes de ativos, mobiliários ou imobiliários, com ênfase aos instrumentos de renda fixa, renda variável, derivativos e investimentos coletivos, como fundos de investimentos. Contempla também os investimentos no exterior (do ponto de vista do investidor residente no Brasil).

Avaliar a capacidade do profissional de medir e gerenciar os riscos e os retornos dos ativos individuais de renda fixa e renda variável, bem como de carteiras de ativos.

Qualificar a atuação do profissional de planejamento financeiro mediante a aplicação

dos conceitos teóricos e técnicas de alocação de ativos (asset allocation), gestão e rebalanceamento de carteiras.

Neste tema são incluídas, ainda, questões de finanças comportamentais, como elas interferem nas decisões de investimentos e como elas podem influenciar as interações e o comportamento dos profissionais com os clientes.

O candidato deve ser capaz de avaliar as vantagens e desvantagens de cada estratégia proposta para os clientes, otimizando-as e priorizando os passos para auxiliar os clientes na implementação de cada recomendação.

1. Princípios de Investimento

1.1 Principais Fatores de Análise de Investimentos

1.1.1 Rentabilidade

1.1.2 Riscos

1.1.3 Liquidez

1.2 Tipos de Risco

1.2.1 Risco de crédito

1.2.2 Risco de mercado: sistemático e não sistemático

1.2.3 Risco de liquidez

1.3 Suitability

1.3.1 Objetivos do investidor: preservação do capital; crescimento do capital

1.3.2 Horizonte de tempo

1.3.3 Tolerância ao risco

1.3.4 Restrições do investidor

2. Finanças Comportamentais

2.1 Teoria da perspectiva: principais vieses e heurísticas e como interferem nas decisões de investimento

2.1.1 Principais heurísticas: ancoragem, disponibilidade, representatividade

2.1.2 Principais vieses: status quo, movimento de manada, framing, desconto hiperbólico, excesso de confiança, aversão a perda

3. Instrumentos de Investimentos

3.1 Instrumentos de investimentos individuais

3.1.1 Instrumentos de Renda Fixa

3.1.1.1 Títulos públicos: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal, NTN-F
Tesouro Direto: conceito, características, custos

3.1.1.2 Títulos privados

3.1.1.2.1 Emitidos por instituições financeiras: Poupança, CDB, RDB, DPGE, LCI, LCA, LC, LF, Operação Compromissada Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

3.1.1.2.2 Emitidos por instituições não-financeiras: debêntures, nota promissória, CRI, CRA.

3.1.2 Instrumentos de Renda Variável

3.1.2.1 Ações: conceito, tipos e classes

3.1.2.2 BDR (Brazilian Depositary Receipt): conceito e tipos (patrocinado e não patrocinado)

3.1.2.3 Proventos dos acionistas: dividendos, juros sobre capital próprio, subscrição, bonificação, desdobramento e grupamento

3.1.2.4 Estratégias de investimentos em ações: compra à vista, a termo, com uso de margem; venda à vista, a termo, descoberta; aluguel de ações; long and short

3.1.2.5 Ambientes de Negociação: Bolsa e balcão organizado

3.1.2.6 Segmentos de listagem da B3

3.1.2.6.1 Características

3.1.2.6.2 Direito dos acionistas minoritários

3.1.2.6.3 Direito de recesso

3.1.2.6.4 Proteção do minoritário no fechamento do capital

3.1.2.6.5 Direito ao tag along na alienação do controle

3.1.2.6.6 Níveis de governança, critérios de adesão e listagem

3.1.3 Oferta Pública de Valores Mobiliários (renda fixa e variável)

3.1.3.1 Mercado primário e secundário: conceito, funções econômicas e formas de negociação

3.1.3.2 Initial Public Offering (IPO): conceito, características, operacionalidade

3.1.3.3 Follow-on

3.1.3.4 Oferta Pública de Aquisição (OPA): conceito, características, operacionalidade

3.2 Instrumentos de investimentos coletivos

3.2.1 Fundo de Investimento

3.2.1.1 Definições gerais: condomínio, patrimônio líquido, cota, cotista

- 3.2.1.2 Responsabilidades dos prestadores de serviços: administrador, gestor, distribuidor, custodiante, auditor, consultoria (fundo imobiliário)
- 3.2.1.3 Direitos e deveres dos cotistas
- 3.2.1.4 Fundo de investimento (FI) e Fundo de investimento em cotas de FI (FICFI)
- 3.2.1.5 Tipos de fundos: aberto, fechado, com carência, sem carência
- 3.2.1.6 Dinâmica de aplicação e resgate:
 - 3.2.1.6.1 Regra de conversão de cota (aplicação e resgate)
 - 3.2.1.6.2 Cota de abertura e cota de fechamento
 - 3.2.1.6.3 Prazos de conversão e pagamento de resgate
 - 3.2.1.6.4 Fechamento do fundo para novas aplicações
 - 3.2.1.6.5 Fechamento do fundo para resgates
- 3.2.1.7 Objetivo e política de investimento do fundo.
- 3.2.1.8 Informações comerciais na distribuição de fundos: regulamento, termo de adesão, termo de ciência de risco, lâmina de informações essenciais, informações complementares
- 3.2.1.9 Prestação de contas aos cotistas
 - 3.2.1.9.1 Divulgação valor da cota e rentabilidade
 - 3.2.1.9.2 Assembleia geral
 - 3.2.1.9.3 Disclaimers e avisos obrigatórios
- 3.2.1.10 Classificação dos fundos quanto ao prazo médio da carteira: curto prazo; longo prazo
- 3.2.1.11 Tipos de fundos quanto à estratégia de gestão das carteiras: passivos e ativos
- 3.2.1.12 Classes dos fundos segundo classificação da CVM. Composição da carteira.
- 3.2.1.13 Outros fundos: conceito, características e estratégias.
 - 3.2.1.13.1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)
 - 3.2.1.13.2 Fundo de Investimento Imobiliário (FII)
 - 3.2.1.13.3 Fundo Exclusivo: conceito, marcação a mercado, custos
 - 3.2.1.13.4 Fundo de Investimento em Participações (FIP)
 - 3.2.1.13.5 Fundo destinado a investidor qualificado e profissional
 - 3.2.1.13.6 Fundo de Índice e ETF - Exchange Traded Funds
- 3.2.1.14 Custos do cotista
 - 3.2.1.14.1 Taxa de administração: finalidade, base de cálculo, forma de cobrança
 - 3.2.1.14.2 Taxa de performance: finalidade, base de cálculo, conceito de linha d'água
 - 3.2.1.14.3 Outras despesas autorizadas
- 3.2.1.15 Fatores que afetam o valor da cota
 - 3.2.1.15.1 Marcação a mercado dos ativos da carteira

- 3.2.1.15.2 Efeito da não marcação a mercado ativos mantidos até o vencimento
- 3.2.1.15.3 Taxa de administração, taxa performance e outras despesas
- 3.2.2 Clube de Investimento
 - 3.2.2.1 Conceito e principais características (constituição, estatuto, registro na B3, regras de composição de carteira, investidores e tributação).
 - 3.2.2.2 Regulamentação. Regras de aplicação e resgate
- 3.2.3 Carteira administrada: conceito e principais características (contrato, flexibilidade de composição de carteira, tributação)
- 3.3 Instrumentos de Derivativos
 - 3.3.1 Conceito e ambientes de negociação: B3 (margem e ajuste diário) e Balcão
 - 3.3.2 Modalidades
 - 3.3.2.1 Termo: ações e dólar
 - 3.3.2.2 Futuro: DI, cupom cambial, Ibovespa, FRA
 - 3.3.2.3 Swap: juros, moeda, índice de preços.
 - 3.3.2.4 Opções: compra e venda de call e put; opções com barreira; análise de gráficos; fatores que determinam preço da call
 - 3.3.3 Estratégias e riscos potenciais: hedge, especulação, alavancagem, arbitragem
 - 3.3.4 COE – Certificado de Operações Estruturadas
- 3.4 Investimentos no Exterior
 - 3.4.1 Títulos públicos norte-americanos: treasury bills, notes, bonds, TIPS (Treasury Inflation Protected Securities)
 - 3.4.2 Títulos privados: certificate of deposits, commercial papers, eurobonds e high yield bonds; cláusulas de put e call
 - 3.4.3 Ações: preferred e common
 - 3.4.4 ADRS - American Depositary Receipts
 - 3.4.5 Fundos de Investimento: money market, bond funds, equity funds
 - 3.4.6 Investimentos Alternativos: hedge funds, private equity, real estate investment trusts (REIT)
 - 3.4.7 Fundos fechados negociados em Bolsa e ETF- Exchange Traded Funds
 - 3.4.8 Indicadores e índices de referência: LIBOR, Emerging Market Bond Index plus (EMBI+), HFR - Hedge Fund Research Index, Event Driven, Dow Jones, Nasdaq, &P 500, Chicago Board Options Exchange Volatility Index (VIX), CDS
- 3.5 Imóveis
 - 3.5.1 Tipos: imóveis residenciais, comerciais e terras
 - 3.5.2 Riscos: liquidez, vacância, lei do inquilinato, contrato de aluguel ou arrendamento, proteção da inflação

- 3.5.3 Custos: manutenção, condomínio, IPTU e ITR
- 3.5.4 Estratégias: geração de renda, ganho de capital
- 3.5.5 Índices do mercado imobiliário: IFIX, FIPE ZAP

4. Teoria de Carteiras

- 4.1 Teoria da Utilidade Esperada
- 4.2 Fronteira Eficiente de Markowitz
 - 4.2.1 Diversificação. Risco e retorno
 - 4.2.2 Carteira de variância mínima
 - 4.2.3 Escolha da carteira ótima
- 4.3 Beta e a reta característica
- 4.4 Modelos de Precificação
 - 4.4.1 Capital asset pricing model (CAPM)
 - 4.4.2 Arbitrage pricing theory (APT)

5. Seleção e Alocação de Ativos

- 5.1 Seleção de ativos de renda variável
 - 5.1.1 Modelos de precificação de ações: CAPM, dividend discount model, Gordon, free cash flow
 - 5.1.2 Múltiplos: lucro por ação (LPA), Preço/Lucro (P/L), Preço/Valor Patrimonial (P/VP), Dividend Yield, EV (Enterprise Value)/EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization)
 - 5.1.3 Análises técnica (ou grafista) e fundamentalista: premissas e diferenças
- 5.2 Seleção de ativos de Renda Fixa: rating, yield to maturity (YTM), current yield (CY)
- 5.3 Alocação de Ativos: estratégica e tática; dinâmica e estática
- 5.4 Rebalanceamento
 - 5.4.1 Alterações nas circunstâncias do investidor
 - 5.4.2 Desvios da alocação estratégica
 - 5.4.3 Rebalanceamento regular versus percentual da carteira
 - 5.4.4 Estratégias dinâmicas de rebalanceamento (Buy and Hold, Constant Mix, Constant Proportion Portfolio Insurance – CPPI)

6. Gestão e Mensuração de Risco e Retorno

- 6.1 Gestão e Mensuração de Risco: Value at Risk (VAR), Stress test, Stop loss, Risco de reinvestimento, Risco de resgate antecipado (liquidez), Imunização de carteira de Renda Fixa, Duration (Macaulay e Modified Duration)
- 6.2 Gestão e Mensuração de Risco e Retorno: Índice de Sharpe, Índice de Treynor, Beta
- 6.3 Principais índices de referência
 - 6.3.1 Índices de renda fixa: IMA Geral, IMA-B, IRF-M
 - 6.3.2 Índices de renda variável: Ibovespa; IBrX; IBrX50; Índice Small Cap - SMLL; Índice de Dividendos – IDIV

Módulo III - Planejamento de Aposentadoria

(proporção: de 9% a 13%)

Objetivos

Estabelecer nível adequado de conhecimento dos profissionais sobre como dimensionar o capital necessário para gerar renda na aposentadoria, considerando o orçamento estimado, a sobrevivência, os objetivos de sucessão (se houver) e o retorno esperado da carteira de ativos do cliente.

Avaliar as vantagens e desvantagens de cada estratégia, otimizando-as e priorizando os passos para auxiliar o cliente em sua implementação. Avaliar o conhecimento do profissional em relação aos fundamentos da previdência social e às principais características e dos planos de previdência privada

abertos e fechados.

Formular estratégias de utilização de planos de previdência privada no planejamento de aposentadoria, considerando a escolha do produto mais adequado, o regime de tributação aplicável em conformidade com o perfil tributário do cliente e o tipo de fundo adequado para o perfil de risco e horizonte de tempo do cliente participante do plano, além de aspectos relacionados a custos e regras de portabilidade.

A capacidade de geração de renda de ativos mobiliários e imobiliários que compõem o patrimônio do cliente, além dos produtos previdenciários, também serão avaliados.

1. Princípios da Aposentadoria

- 1.1 A necessidade e importância do planejamento precoce e consistente para a aposentadoria
- 1.2 A necessidade de fluxo de caixa real (valor de compra) na aposentadoria
- 1.3 O poder dos juros compostos e do tempo na renda da aposentadoria
- 1.4 O sistema de distribuição versus contribuição (no segundo, o cliente administrará sua própria aposentadoria)

2. Objetivos da aposentadoria

- 2.1 Objetivos de estilo de vida
 - 2.3.1 Atividades na aposentadoria
 - 2.3.2 Cuidados com a saúde na 3ª idade (planejamento)
- 2.2 Objetivos financeiros baseados em moeda deflacionada
 - 2.2.1 Cálculo do capital necessário para a aposentadoria
 - 2.2.2 Estabelecimento de metas acessíveis
- 2.3 Estabelecer metas de renda em cenários de mudanças políticas e econômicas

3. Análise e projeções de necessidades na aposentadoria

- 3.1 Inflação e seu impacto na renda necessária na aposentadoria
- 3.2 Risco de longevidade

3.3 Classificação e prioridades das necessidades financeiras

- 3.3.1 Fixos e liquidáveis (hipoteca)
- 3.3.2 Fixos e permanentes
- 3.3.3 Variáveis e liquidáveis (suporte a familiares)
- 3.3.4 Variáveis e permanentes (custo de vida básico)

4. Projeções e estratégias de renda na aposentadoria

- 4.1 As três fontes básicas de renda na aposentadoria
 - 4.1.1 Previdência Social
 - 4.1.2 Previdência Privada Complementar (fechada e aberta)
 - 4.1.2.1 Planos de benefícios: Contribuição Definida (CD), Benefício Definido (BD), Contribuição Variável (CV)
 - 4.1.2.2 Regras de vesting
 - 4.1.2.3 Plano patrocinado pelo empregador e plano instituído por entidade associativa
 - 4.1.3 Acumulação própria de patrimônio
 - 4.1.3.1 Ativos mobiliários
 - 4.1.3.2 Ativos imobiliários
- 4.2 Impacto de impostos no fluxo de caixa
- 4.3 Estratégia de conversão do capital em geração de renda (esgotar o capital)
- 4.4 Estratégia de transferência de patrimônio para herdeiros (preservação do capital)

5. Produtos de Previdência Complementar

- 5.1 Conceito dos produtos
 - 5.1.1 VGBL: seguro de vida
 - 5.1.2 PGBL: produto previdenciário
 - 5.1.3 Conceito de fase de contribuição e fase de benefício de renda
- 5.2 Tipos de planos
 - 5.2.1 PGBL
 - 5.2.1.1 Características
 - 5.2.1.2 Quando e a quem recomendar
 - 5.2.1.3 Benefício fiscal
 - 5.2.1.3.1 Conceito de diferimento
 - 5.2.1.3.2 Limite de diferimento
 - 5.2.1.3.3 Condições legais
 - 5.2.2 VGBL
 - 5.2.2.1 Características
 - 5.2.2.2 Quando e a quem recomendar
- 5.3 Tipos de Fundos de investimento
 - 5.3.1 Fundo de Investimento Especialmente Constituído (FIE). Conceito e risco associado (seguradora)
 - 5.3.2 Riscos associados a cada tipo de carteira

- 5.3.3 Rentabilidade esperada
- 5.4 Custos
 - 5.4.1 Taxa de administração: conceito, base de cálculo, forma de pagamento
 - 5.4.2 Taxa de carregamento: conceito, base de cálculo, forma de pagamento
- 5.5 Tributação dos planos de previdência PGBL e VGBL
 - 5.5.1 Fato gerador: resgate e/ou benefício renda
 - 5.5.2 Alíquota do imposto de renda
 - 5.5.3 Base de cálculo
 - 5.5.4 Recolhimento na fonte
 - 5.5.5 Regime de tributação na Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física
- 5.6 Portabilidade
 - 5.6.1 Conceito, carência e restrições
 - 5.6.2 Tábua atuarial
 - 5.6.3 Excedente financeiro
 - 5.6.4 Custos
- 5.7 Tipos de renda na fase de benefícios
 - 5.7.1 Renda mensal vitalícia
 - 5.7.2 Renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge e filhos menores
 - 5.7.3 Renda vitalícia reversível a beneficiário indicado
 - 5.7.4 Renda vitalícia com prazo mínimo garantido
 - 5.7.5 Renda mensal temporária
 - 5.7.6 Renda mensal por prazo certo

Módulo IV - Gestão de Riscos e Planejamento de Seguros

(proporção: de 9% a 13%)

Objetivos

Neste módulo será exigida do profissional uma análise dos riscos aos quais o cliente está exposto, visando indicar se é adequada ou não a contratação de seguro, priorizando as necessidades de gestão de riscos dos clientes.

O profissional deverá estudar conceitos básicos de seguros sob o enfoque do comprador de seguros, e não do gestor do produto (a seguradora), bem como avaliar quais são as implicações de eventuais mudanças nas coberturas dos seguros contratados.

Para um profissional de planejamento financeiro é ressaltada a importância dos seguros sobre o bem-estar e segurança patrimonial das pessoas e deve ser avaliado

o modo como os seguros se encaixam nas estratégias de gestão de riscos que podem comprometer o planejamento financeiro pessoal.

Será necessário transmitir o entendimento da cobertura do seguro, seus aspectos legais, tributários e fundamentos básicos, abordando principalmente os seguros de bens e pessoas: residência, veículos, vida, empresarial, responsabilidade, rural, acidentes pessoais e saúde.

Importante notar que os termos risco, exposição a risco e tolerância a risco se referem ao risco de perda financeira devido a circunstâncias pessoais e não relacionados a investimentos previdenciários, também serão avaliados.

1. Princípios de Gestão de Risco (exceto os de investimentos)

- 1.1 Fundamentos da gestão de risco
 - 1.1.1 Tratamento do risco
 - 1.1.2 Gestão do risco: assunção ou transferência
 - 1.1.3 Percepções e propensão do cliente
 - 1.1.4 Técnicas básicas de gestão de risco
 - 1.1.5 Aplicação do processo de gestão de risco
 - 1.1.6 Tolerância e gestão de risco pessoal
- 1.2 Princípios de Seguros
 - 1.2.1 O significado de risco
 - 1.2.2 Tipos de riscos

2. Objetivos do Planejamento de Seguros

- 2.1 Coletar dados e Identificar os riscos do cliente
 - 2.1.1 Pessoal e familiar
 - 2.1.2 Financeiro
 - 2.1.3 Bens patrimoniais
 - 2.1.4 Identificar riscos que podem afetar as finanças e o patrimônio da

- pessoa física e sugerir eventual contratação de seguros
- 2.2 Avaliar a necessidade de transferência do risco
- 2.3 Analisar as coberturas disponíveis
- 2.4 Monitorar o planejamento, aquisição de seguros e valores de cobertura em razão do momento de vida

3. Fundamentos Básicos de Risco e Seguros

- 3.1 Sistema Nacional de Seguros
 - 3.1.1 Conselho Nacional de Seguros Privados, Superintendência de Seguros Privados
 - 3.1.2 Sociedades Seguradoras
 - 3.1.3 Corretores de Seguros
 - 3.1.4 Resseguradoras
- 3.2 Conceitos básicos do seguro e razões para contratar: ser previdente, incerteza e mutualismo
- 3.3 Avaliação dos riscos e consequências econômicas e sociais de sinistros
- 3.4 Classificação dos seguros: sociais e privados
- 3.5 Termos técnicos
 - 3.5.1 Prêmio: conceito e tipos (prêmio puro e comercial)
 - 3.5.2 Importância segurada
 - 3.5.3 Tipos de cobertura
 - 3.5.4 Sinistros e perdas
 - 3.5.5 Danos materiais, pessoais e morais
 - 3.5.6 Base de ocorrência, base de reclamação
 - 3.5.7 Conceito de franquia
 - 3.5.8 Conceito de carência

4. Aspectos Legais do Seguro

- 4.1 Componentes básicos de um contrato de seguro
 - 4.1.1 Proposta
 - 4.1.2 Apólice
 - 4.1.3 Endosso
 - 4.1.4 Rescisão
 - 4.1.5 Ressarcimento
 - 4.1.6 Segurado, segurador, risco, prêmio, taxas, indenização, beneficiário.
- 4.2 Obrigações legais do segurador, do segurado e do corretor
- 4.3 Nulidade. Prescrição. Sub-rogação
- 4.4 Processo de indenização
 - 4.4.1 Notificação do sinistro
 - 4.4.2 Prova de perda
 - 4.4.3 Ônus da prova
 - 4.4.4 Exclusões
 - 4.4.5 Pedidos fraudulentos

- 4.4.6 Perda por conta própria
- 4.4.7 Quantificando a perda
- 4.4.8 Subsegurado
- 4.4.9 Seguro em dobro ou outro seguro

5. Características dos Principais Seguros

5.1 Seguro de Pessoas

5.1.1 Seguro de Vida

- 5.1.1.1 Modalidades: seguro individual e coletivo
- 5.1.1.2 Tipos de seguros: vida inteira e temporário
- 5.1.1.3 Coberturas: resgatável, doenças graves, dotal misto, dotal puro.
- 5.1.1.4 Outros: seguro viagem, seguro educacional

5.1.2 Seguro de Acidentes Pessoais

- 5.1.2.1 Modalidades: seguro individual e coletivo
- 5.1.2.2 Garantias do seguro: morte, invalidez permanente, parcial ou total, despesas médico-hospitalares, diárias de incapacidade temporária

5.2 Seguro de Automóvel

- 5.2.1 Coberturas básicas: colisão, abaloamento, capotagem ou derrapagem acidental, queda acidental, incêndio, roubo, furto do veículo (total ou parcial), inundação, alagamento, granizo, vendaval, raio.
- 5.2.2 Responsabilidade civil facultativa. Objetivo do seguro. Riscos cobertos. Importância segurada e garantia. Limite de responsabilidade. Taxas e bônus. Ocorrência e liquidação de sinistros.
- 5.2.3 Acidentes pessoais passageiros. Morte, invalidez permanente, despesas médico-hospitalares
- 5.2.4 Coberturas adicionais: acessórios, ampliação do valor segurado, equipamentos, assistência 24 horas, etc. Ocorrência e liquidação de sinistros.
- 5.2.5 Valor da cobertura: valor de mercado e valor determinado.
- 5.2.6 Fatores que determinam o valor do prêmio: classificação tarifária; taxas e bônus; franquia; perfil do usuário.

5.3 Seguro Residencial

- 5.3.1 Objetivo, objeto e conceito
- 5.3.2 Coberturas: incêndio, raio, explosão, roubo ou furto, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, equipamentos de baixa voltagem, danos elétricos, impactos de veículos terrestres e aéreos, perdas ou despesas de aluguel, despesas com estada provisória, despesas de mudança, tumultos e greves, alagamento inundação, desmoronamento, e responsabilidade civil familiar.
- 5.3.3 Serviços de assistência residencial
- 5.3.4 Valor de reconstrução na garantia de incêndio.

5.4 Seguro Saúde (inclui planos de saúde)

5.4.1 Agência Nacional de Saúde Suplementar

5.4.2 Contratação na Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Aspectos legais e desafios.

5.4.3 Garantias básicas do segurado: despesas hospitalares e despesas médicas em casos de internação, pequenas cirurgias e tratamento ambulatorial. Remoções.

5.4.4 Garantias especiais: despesas extraordinárias e de acompanhantes, enfermagem particular, internação por convalescença, senilidade e repouso.

5.5 Seguro de Responsabilidade Civil

5.5.1 Características básicas. Ação, culpa, relação de causalidade e dano, garantias e coberturas.

5.5.2 Modalidades: administradores/diretores, profissional.

5.6 Seguro de Garantias

5.6.1 Contratual (PJ)

5.6.2 Judicial (PJ)

5.6.3 Locatícia (PF)

5.7 Seguro Rural

5.7.1 Seguros agrícola, pecuário, de florestas e penhor rural

6. Aspectos Tributários dos Seguros

6.1 IOF

6.2 Imposto de Renda

6.3 Isenções; impactos na declaração de Imposto de Renda (resgate, pagamento de indenização e pagamento de prêmios).

Módulo V - Planejamento Fiscal

(proporção: de 8% a 12%)

Objetivos

O objetivo instrucional desse módulo é capacitar o profissional para compreender e avaliar a interferência de impostos e tributos sobre as diversas atividades exercidas pelas pessoas físicas e jurídicas, assim como suas repercussões sobre suas posições financeiras e o resultado final de transações financeiras em geral.

A abrangência da tributação sobre os cidadãos é ampla, verificando-se desde o consumo de bens essenciais (alimentação, moradia, serviços básicos, etc.), até atingir suas decisões de poupança, investimentos locais e offshore e tributação em operações financeiras e não financeiras, com ativos

mobiliários e imobiliários.

Uma preocupação básica é incentivar o profissional a avaliar e compreender as vantagens e desvantagens de cada estrutura tributária dentro de um enfoque de planejamento fiscal incorporado em seu planejamento financeiro.

Além disso, nesse módulo é requerido do profissional que conheça os impostos praticados em operações no mercado financeiro e de capitais, local e offshore, sob a ótica de um investidor residente e domiciliado no Brasil e que tenha noções gerais a respeito das regras do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas.

1. Normas Tributárias Básicas

1.1 Conceito de tributo

1.1.1 Características

1.1.1.1 Fato gerador

1.1.1.2 Base de cálculo

1.1.1.3 Alíquota

1.1.1.4 Sujeito da relação tributária: contribuinte e fisco

1.1.1.5 Obrigação tributária

1.1.2 Espécies de tributos

1.1.2.1 Impostos

1.1.2.2 Taxas: pelo exercício do poder de polícia e pela utilização de serviços públicos

1.1.2.3 Contribuição de melhoria

1.1.2.4 Contribuições sociais (seguridade social; intervenção no domínio econômico; interesse de categorias profissionais)

1.1.2.5 Empréstimos compulsórios

1.2 Princípios constitucionais tributários

1.2.1 Princípio da legalidade

1.2.2 Princípio da anterioridade

1.2.3 Princípio da irretroatividade

1.2.4 Princípio da isonomia ou igualdade tributária

- 1.2.5 Princípio da competência
- 1.2.6 Princípio da capacidade contributiva
- 1.2.7 Imunidade
- 1.2.8 Isenção
- 1.3 Tributos relevantes para o planejamento fiscal
 - 1.3.1 ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações
 - 1.3.2 ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
 - 1.3.3 IR – Imposto de Renda

2. Imposto de Renda da Pessoa Física

- 2.1 Fundamentos do Imposto de Renda
 - 2.1.1 Princípios constitucionais aplicáveis ao Imposto de Renda
 - 2.1.1.1 Generalidade
 - 2.1.1.2 Universalidade
 - 2.1.1.3 Progressividade
 - 2.1.2 Conceito de renda
 - 2.1.2.1 Renda
 - 2.1.2.2 Rendimentos
 - 2.1.2.3 Ganho de capital
 - 2.1.2.4 Proventos de qualquer natureza
 - 2.1.3 Disponibilidade econômica ou jurídica da renda
- 2.2 Regime básico de tributação da renda da Pessoa Física
 - 2.2.1 Formas de recolhimento do imposto
 - 2.2.1.1 Retenção na fonte
 - 2.2.1.2 Auto recolhimento (recolhimento mensal obrigatório carnê-leão)
 - 2.2.2 Rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica
 - 2.2.2.1 Rendimentos do trabalho assalariado
 - 2.2.2.2 Rendimentos do trabalho sem vínculo empregatício
 - 2.2.2.3 Tributação da Pessoa Física (autônomo) x Pessoa Jurídica (prestadora de serviço)
 - 2.2.2.4 Aluguéis e royalties
 - 2.2.2.5 Resgates de planos de previdência
 - 2.2.3 Rendimentos recebidos de pessoa física
- 2.3 Rendimentos isentos ou não tributáveis
 - 2.3.1 Indenizações por rescisão do contrato de trabalho
 - 2.3.2 Lucro de alienação de bens ou direitos de pequeno valor
 - 2.3.3 Lucro de alienação de imóvel único
 - 2.3.4 Lucro de alienação de imóvel para compra de outro imóvel em 180 dias
 - 2.3.5 Lucros e dividendos
 - 2.3.6 Aposentadoria, reserva remunerada, reforma, pensão ou pecúlio
 - 2.3.6.1 Acima de 65 anos
 - 2.3.6.2 Decorrente de morte ou invalidez permanente
 - 2.3.6.3 Doença grave ou acidente de trabalho

- 2.3.7 Rendimentos e ganho de capital de aplicações financeiras
- 2.3.8 Transferências patrimoniais (doação, herança, legado, meação, separação)

- 2.3.8.1 Situações em que doações ou herança geram ganho de capital

- 2.4 Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva de fonte ou definitiva
 - 2.4.1 Décimo terceiro salário e PLR (participação nos lucros e resultados)
 - 2.4.2 Rendimentos de aplicações financeiras
 - 2.4.3 Juro sobre capital próprio creditado a acionistas
 - 2.4.4 Prêmios obtidos em loterias, sorteios, títulos de capitalização
 - 2.4.5 Ganho de capital líquido em operações de renda variável
 - 2.4.6 Ganho de capital na alienação de bens e direitos
 - 2.4.7 Alienações a prazo
- 2.5 Declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física (DIR-PF)
 - 2.5.1 Declaração simplificada; desconto padrão
 - 2.5.2 Declaração completa; despesas dedutíveis
 - 2.5.3 Declaração de bens e direitos
 - 2.5.4 Variação patrimonial e consistência das informações
- 2.6 Declaração de saída definitiva do país
- 2.7 Declaração de espólio

3. Tributação de Aplicações Financeiras

- 3.1 Tributação das aplicações em renda fixa e renda variável
- 3.2 Tributação das aplicações em fundos de investimento
- 3.3 Em relação aos itens 3.1 e 3.2 o programa pede: fato gerador; base de cálculo; alíquotas; contribuinte; responsável pelo recolhimento; prazo de recolhimento; isenções; compensação de perdas; e regime de tributação

4. Tributação de investimentos em imóveis

- 4.1 Imposto de Renda
 - 4.1.1 Renda de alugueis (Pessoa Física e Holding Imobiliária)
 - 4.1.2 Ganho de capital (Pessoa Física e Holding Imobiliária)
 - 4.1.2.1 Operações realizadas por pessoa física
 - 4.1.2.2 Operações realizadas por pessoa jurídica cuja atividade principal seja compra e venda de imóveis
 - 4.1.2.3 Operações realizadas por pessoa jurídica que não se dedique à compra e venda de imóveis como atividade principal
- 4.2 ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
- 4.3 ITCMD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações

5. Conceitos básicos da tributação da Pessoa Jurídica (Holding Imobiliária e PJ prestador de serviços)

- 5.1 Simples Nacional
- 5.2 Lucro Presumido
- 5.3 Lucro real

6. Tributação de rendimentos recebidos no exterior por residentes no Brasil

- 6.1 Rendimentos recebidos de fonte estrangeira (Pessoa Física ou Jurídica)
 - 6.1.1 Momento da tributação
 - 6.1.2 Conceito da disponibilidade de lucros por empresas no exterior
 - 6.1.3 Impactos tributários da utilização de empresas ou estruturas fiduciárias
 - 6.1.4 Compensação de imposto pago no exterior
- 6.2 Rendimentos tributáveis
 - 6.2.1 Rendimentos do trabalho
 - 6.2.2 Rendimentos de aluguel
 - 6.2.3 Lucros e dividendos recebidos
- 6.3 Rendimentos isentos e não tributáveis
 - 6.3.1 Lucro na alienação de bens ou direitos de pequeno valor
 - 6.3.2 Lucro na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie
 - 6.3.3 Transferências patrimoniais (doação, herança, legado, meação, separação)
 - 6.3.3.1 Situações que podem gerar ganho de capital
 - 6.3.4 Variação cambial de saldo de depósito mantido em instituições financeiras
- 6.4 Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva de fonte ou definitiva
 - 6.4.1 Ganhos ou perdas de capital auferidos em investimentos no exterior
 - 6.4.1.1 Bens ou direitos adquiridos e aplicações financeiras realizadas com rendimentos auferidos originariamente em reais (R\$)
 - 6.4.1.2 Bens ou direitos adquiridos e aplicações financeiras realizadas com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira
 - 6.4.1.3 Alienação de moeda estrangeira mantida em espécie
 - 6.4.2 Juros recebidos em conta remunerada
- 6.5 Declaração obrigatória para o Banco Central e Receita Federal

7. Penalidades pelo descumprimento de obrigações

- 7.1 Penalidades da legislação de Imposto de Renda
- 7.2 Penalidades da legislação do BACEN quanto a investimentos no exterior
- 7.3 Consequências criminais do descumprimento das obrigações

8. Planejamento Tributário

- 8.1 Conceito
- 8.2 Distinção entre elisão fiscal, evasão fiscal, simulação e dissimulação
- 8.3 Análises de substância sobre a forma e propósito negocial
- 8.4 Estratégias para reduzir carga tributária do cliente
 - 8.4.1 Ativos financeiros
 - 8.4.2 Planos de Previdência
 - 8.4.3 Ativos Imobiliários (Pessoa Física x Holding Imobiliária)
 - 8.4.4 Investimentos no exterior

Módulo VI - Planejamento Sucessório

(proporção: de 7% a 11%)

Objetivos

É fundamental que o Planejador Financeiro conheça e saiba analisar os impactos jurídicos das alternativas de planejamento sucessório, fundamentando as decisões que devem ser tomadas pelos clientes para preparar seus sucessores e a transmissão de seus bens após sua morte.

O Planejador Financeiro deverá demonstrar a habilidade de avaliar e calcular o custo tributário, indicar as implicações sucessórias e de direito de família gerais, bem como os aspectos societários e regulatórios envolvidos no planejamento.

Como os aspectos jurídicos permeiam praticamente todas as decisões de investimento e de planejamento sucessório, é essencial avaliar a capacidade do candidato de identificar e relacionar estas questões de forma a buscar o máximo de eficiência e segurança jurídica.

Os componentes do planejamento sucessório também são abordados, destacando-se os aspectos tributários, de direito de família e negociações, e de planejamento sucessório de bens móveis e imóveis.

1. Princípios do Planejamento Sucessório

- 1.1 O processo do planejamento sucessório
- 1.2 Situação financeira projetada no momento da sucessão
 - 1.2.1 Liquidez
 - 1.2.2 Ativos
 - 1.2.3 Passivos
 - 1.2.4 Implicações fiscais
- 1.3 Objetivos do planejamento sucessório
 - 1.3.1 Definir os beneficiários (observadas as regras do Código Civil)
 - 1.3.2 Proteção de familiares incapazes
 - 1.3.3 Filantropia
 - 1.3.4 Planejamento fiscal

2. Requisitos Legais

- 2.1 Regimes de casamento
 - 2.1.1 Separação de bens
 - 2.1.1.1 Separação obrigatória de bens
 - 2.1.2 Comunhão parcial de bens
 - 2.1.3 Comunhão universal de bens
 - 2.1.4 Participação final de aquestos
 - 2.1.5 Pacto antenupcial

- 2.2 Mudança no regime de casamento
- 2.3 Reflexos patrimoniais no término da sociedade conjugal
- 2.4 União estável
 - 2.4.1 União estável de fato ou formalizada
 - 2.4.2 Regime de bens na união estável
 - 2.4.3 Mudança de regime de bens na união estável
 - 2.4.4 Reflexos patrimoniais no término da união estável
- 2.5 Partilha de bens em conformidade com o regime de bens
- 2.6 Limites para dispor do patrimônio em vida
 - 2.6.1 Doação universal
 - 2.6.2 Doação acima da legítima
 - 2.6.2.1 Conceito de legítima, disponível e herdeiros necessários
 - 2.6.2.2 Limitação de doação à parcela disponível
 - 2.6.3 Doação a descendentes ou entre cônjuges

3. Aspectos legais da sucessão

- 3.1 Abertura da sucessão
- 3.2 Divisão da herança e os regimes de bens
 - 3.2.1 Meação versus herança
- 3.3 Ordem para suceder: cônjuge; descendentes; ascendentes; colaterais
 - 3.3.1 Descendentes + Cônjuge
 - 3.3.1.1 Descendentes sem existência de cônjuge
 - 3.3.1.2 Descendentes com existência de cônjuge
 - 3.3.1.2.1 Hipóteses nas quais o cônjuge não concorre com os descendentes
 - 3.3.1.2.2 Hipóteses nas quais o cônjuge concorre com os descendentes
 - 3.3.1.3 Direito de representação
 - 3.3.2 Ascendentes + cônjuge
 - 3.3.2.1 Ascendentes sem existência de cônjuge
 - 3.3.2.2 Ascendentes com existência de cônjuge
 - 3.3.3 Cônjuge
 - 3.3.4 Colaterais até quarto grau
 - 3.3.4.1 Colaterais: irmãos bilaterais e unilaterais
 - 3.3.4.1.1 Direito de representação de filhos de irmãos
 - 3.3.4.2 Colaterais: sobrinhos bilaterais e unilaterais
 - 3.3.4.3 Demais colaterais
 - 3.3.4.4 Herança jacente
- 3.4 Equiparação do companheiro ao cônjuge para fins sucessórios
- 3.5 Aceitação e renúncia da herança
- 3.6 Excluídos da sucessão
- 3.7 Dívidas e contingências tributárias na sucessão

- 3.8 Inventário e partilha
 - 3.8.1 Inventário extrajudicial
 - 3.8.2 Inventário judicial

4. Instrumentos de Planejamento Sucessório

- 4.1 Doação
 - 4.1.1 Conceito
 - 4.1.2 Forma
 - 4.1.3 Doação com encargo
 - 4.1.4 Cláusulas restritivas
 - 4.1.5 Colação da doação
 - 4.1.6 Compra e venda entre ascendentes e descendentes
 - 4.1.7 Reversão e revogação
 - 4.1.8 Usufruto
 - 4.1.9 Interesses de credores na doação
- 4.2 Testamento
 - 4.2.1 Conceito
 - 4.2.2 Capacidade do testador
 - 4.2.3 Formas
 - 4.2.4 Testamenteiro
 - 4.2.5 Herdeiro menor
 - 4.2.6 Cláusulas restritivas
- 4.3 Seguro de Vida
- 4.4 Planos de previdência

5. Estruturas de Planejamento Sucessório

- 5.1 Holding
 - 5.1.1 Holding de participações
 - 5.1.2 Holding imobiliária
 - 5.1.3 Holding patrimonial
- 5.2 Fundos de Investimento
 - 5.2.1 Regras gerais e especiais
 - 5.2.2 Fundos fechados
- 5.3 Exterior
 - 5.3.1 Bens e direitos no exterior
 - 5.3.2 Trust
 - 5.3.3 Fundações

6. Aspectos Tributários

- 6.1 ITCMD - Imposto de Transmissão Causa Mortis ou Doação
 - 6.1.1 Competência
 - 6.1.2 Fato gerador
 - 6.1.3 Base de cálculo

- 6.1.4 Alíquota
- 6.1.5 Contribuinte
- 6.1.6 Momento de pagar
- 6.1.7 Isenções
- 6.2 ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis
 - 6.2.1 Competência
 - 6.2.2 Fato gerador
 - 6.2.3 Base de cálculo
 - 6.2.4 Alíquota
 - 6.2.5 Contribuinte
 - 6.2.6 Momento de pagar
 - 6.2.7 Isenções
- 6.3 IR - Imposto de Renda
 - 6.3.1 Competência
 - 6.3.2 Fato gerador
 - 6.3.3 Base de cálculo
 - 6.3.4 Alíquota
 - 6.3.5 Contribuinte
 - 6.3.6 Momento de pagar
 - 6.3.7 Isenções



Planejar

Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Rua Joaquim Floriano, 1120 - 7º andar
CEP 04534-004 - Itaim Bibi - São Paulo SP



55 11 4280-8520



planejar@planejar.org.br



www.planejar.org.br

ACOMPANHE A PLANEJAR



PLANEJAR 



Associação Brasileira
de Planejamento Financeiro